

Governança Pública (Dec. 9.203/17)

Prof. Walter Cunha

falecomigo@waltercunha.com

[Professor] – WALTER CUNHA



Provas de TI:

<https://www.provasdeti.com.br/>

Canal do Telegram:

<https://t.me/profwaltercunha>

Siga o Blog:

<https://www.patreon.com/signup?ru=%2Ftimasters>

Mentoria:

<https://www.patreon.com/timasters>

Tlmasters:

<https://groups.google.com/g/timasters-google>

[Professor] – WALTER CUNHA

Youtube:

<https://www.youtube.com/c/WalterCunha>

Facebook:

<https://www.facebook.com/walter.cunha.7>

Instagram:

<https://www.instagram.com/walter.cunha.7/>

Twitter

<https://twitter.com/timasters>

Linkedin:

<https://www.linkedin.com/in/walter-cunha-19a90721>

Introdução

[Grande Marco]



Na obra “Desafio aos Deuses: a fascinante história do risco”, Bernstein (1997) destaca o fator que distingue a pré-história dos tempos modernos. Para o autor, não é o progresso da ciência, nem a tecnologia, nem o capitalismo ou a democracia. A verdadeira diferença estaria na capacidade de administrar os riscos.

Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal.

[Gestão de Riscos]

Processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização.

[Pré-INO1 de Riscos]

- LAI/Lava Jato/LAC
- Profip (CGU)
- Levantamentos de Governança (TCU)
- Melhores Práticas Mundiais (OCDE)

[Pós-INO1 de Riscos]

- DECRETO Nº 9.203/2017 (Governança)
- Port nº 57/2019 - Port nº 1.089/2018 (Integridade)
- IGG (TCU)
- Centro de Governo (CoG)

PL 5.898/2019 - estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com base especialmente em recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Definições Gerais

[Valor Público]

Produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços público.

[Perspectiva Privada x Pública]

- Os princípios, objetivos e métodos que orientam o primeiro são, no geral, distintos dos que se observam na seara pública
- Embora haja elementos de conexão, que alimentam possibilidades de diálogo, os modelos de governança corporativa não podem ser livremente incorporados na administração pública

[Interesse Público]

- Supremacia do Interesse Público
- Indisponibilidade do Interesse Público
- Estrutura Federativa e Independência dos Poderes

[Centro de Governo]

O CIG (comitê interministerial de governança), que hoje faz o papel de Centro de Governo, é o órgão colegiado responsável pelo assessoramento do presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal.

[Centro de Governo]

- Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (que o coordena)
- Ministros de Economia
- Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU)

[Comitês Temáticos]

- **CMAF** - Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas
- Avaliar políticas públicas, através dos seus comitês:
 - **CMAS** (políticas de subsídios) e
 - **CMAG** (gastos diretos)

Para assegurar que as boas práticas de governança se desenvolvam e sejam apropriadas pela instituição de forma contínua e progressiva, nos termos recomendados pelo CIG, cada órgão contará com um Comitê Interno de Governança (ou colegiado que lhe faça as vezes).

[Papéis do “CIGzinho”]

- Integridade (Portaria nº 1.089, de 2018, da CGU);
- Integridade, Riscos e Controles Internos (Instrução Normativa nº 01, MP/CGU de 2016); e
- Desburocratização (Decreto sem número de 7 de março de 2017)
- ...

Governança Pública

[Governança]

GOVERNANÇA



Estratégia



Accountability

GESTÃO



Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

[Liderança]

Refere-se ao conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental que asseguram a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança.

[Estratégia]

Envolve o relacionamento com partes interessadas, a definição e monitoramento de objetivos, indicadores e metas, bem como o alinhamento entre planos e operações de unidades e organizações envolvidas na sua execução.

[Controle]

Abrange aspectos como transparência, prestação de contas e responsabilização.

...o ambiente, os cenários, o desempenho e os resultados atuais e futuros.

... e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas (usuários dos serviços, cidadãos e sociedade em geral) e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos.

[Monitorar]

... os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas das partes interessadas.

[Por que é importante?]

Porque sem governança adequada é muito menos provável que os interesses identificados pelas instituições reflitam as necessidades dos cidadãos, que as soluções propostas sejam as mais adequadas e que os resultados esperados impactem positivamente a sociedade.

Princípios da Governança Pública

[Capacidade de Resposta]

Capacidade de Resposta (do inglês, *responsiveness*) representa a competência de uma instituição pública de atender de forma eficiente e eficaz às necessidades dos cidadãos, inclusive antevendo interesses e antecipando aspirações.

[Integridade]

Integridade Pública refere-se ao alinhamento consistente e à adesão de valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados no setor público.

[Confiabilidade]

Confiabilidade (do inglês, *reliability*) representa a capacidade das instituições de minimizar as incertezas para os cidadãos nos ambientes econômico, social e político.

[Melhoria Regulatória]

Melhoria Regulatória (do inglês, *better regulation*) representa o desenvolvimento e a avaliação de políticas e de atos normativos em um processo transparente, baseado em evidências e orientado pela visão de cidadãos e partes diretamente interessadas.

[Prestação de Contas e Responsabilidade]

Prestação de Contas e responsabilidade (no inglês, *accountability*) representa a vinculação necessária, notadamente na administração de recursos públicos, entre decisões, condutas e competências e seus respectivos responsáveis.

[Transparência]

Transparência representa o compromisso da administração pública com a divulgação das suas atividades, prestando informações confiáveis, relevantes e tempestivas à sociedade. Inserida em um conjunto de princípios centrais que orienta a atividade pública, a transparência é um dos pilares para a construção de um governo aberto (*open government*).

Governança x Corrupção x Integridade

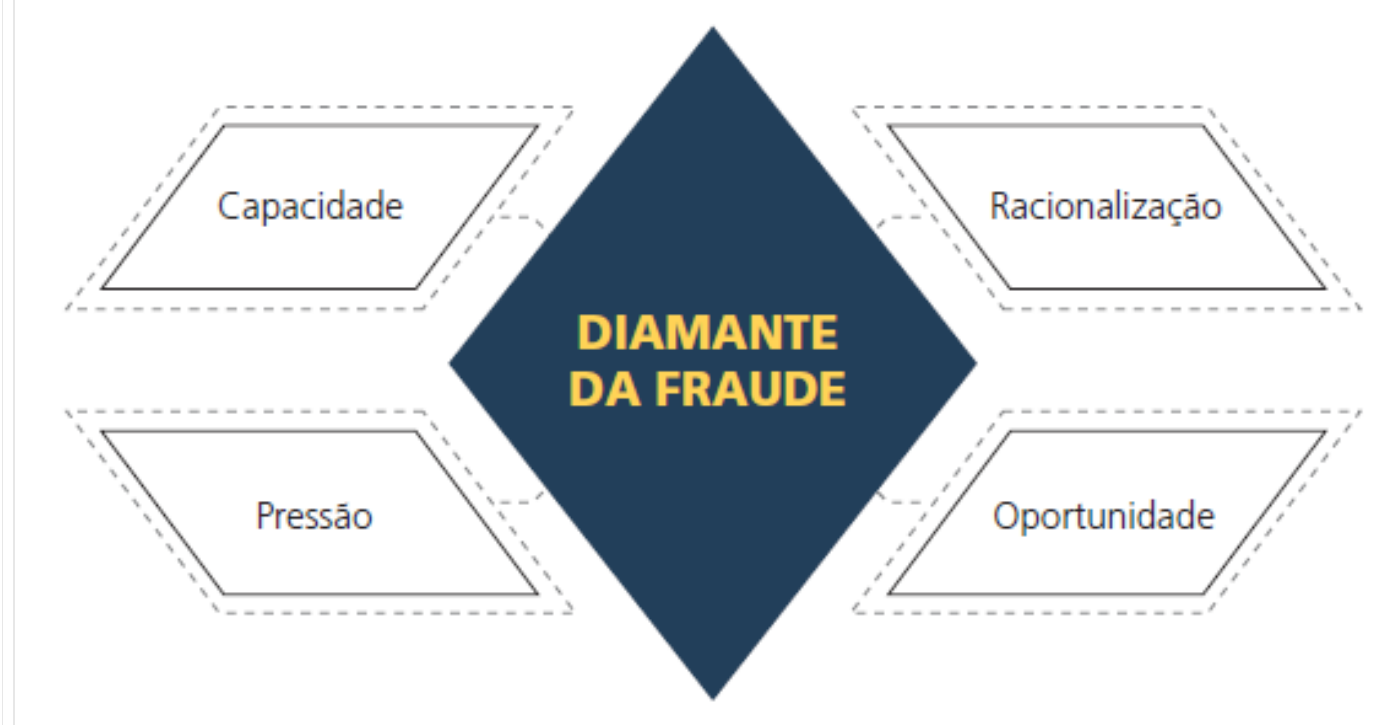
[Corrupção]

Na legislação penal brasileira, em sentido estrito, a corrupção se apresenta de duas formas: corrupção ativa e corrupção passiva, que respectivamente e sucintamente significam oferecer ou solicitar alguma vantagem indevida.

Mas no cotidiano a corrupção é um termo guarda-chuva que abriga diversas outras condutas. Ex.: Fraude.

Quaisquer atos ilegais caracterizados por desonestidade, dissimulação ou quebra de confiança. Estes atos não implicam o uso de ameaça de violência ou de força física.

[Diamante da Fraude]



[Governança x Fraude]

Talvez o problema crucial na governança seja a disjunção entre interesses privados e públicos.

Indivíduos do setor público têm suas próprias preocupações e interesses – econômicos ou não – e podem persegui-los por meio de sua posição no setor público.

A manifestação óbvia desse interesse próprio é a corrupção.

[Desafio da Integridade]

Busca do difícil equilíbrio entre a punição de gestores que se valem da máquina pública para defender fins privados e ilícitos e a preservação do necessário espaço para que agentes movidos pelo espírito público possam buscar soluções inovadoras – e, eventualmente, mais arriscadas – para satisfazer os interesses da sociedade.

[Integridade x Compliance]

Precisamos fugir da retórica e da discussão acalorada sobre rótulos e diferenças conceituais, como a distinção entre Compliance e integridade, entre Compliance e conformidade, dentre outras. Tais discussões diminuem o tema, o amesquinham, e, o pior, o aproximam do tratamento no senso comum, o que descredencia a sua relevância organizacional. (Pironti).

Riscos para a Integridade

[Categorias de Riscos]

- Riscos Jurídicos
- Riscos Financeiros
- Riscos de Imagem
- Riscos de Segurança da Informação
- Riscos para a Integridade

[Riscos para Integridade]

Vulnerabilidade que pode favorecer ou facilitar a ocorrência de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e/ou desvios éticos e de conduta, podendo comprometer os objetivos da instituição.

[Violação da Integridade]

Ação ou omissão de um ou mais agentes relacionada à quebra de valores e padrões preconizados pela organização, normalmente associados a corrupção, fraude, irregularidades e desvios éticos e de conduta.

[Exemplo de Sub-Categorias de RIs]

- Conduta profissional inadequada
- Ameaças à imparcialidade e à autonomia técnica
- Uso indevido de autoridade
- Nepotismo
- Conflito de Interesses
- Uso indevido ou manipulação de dados/informações
- Desvio de pessoal ou de recursos materiais

Programa de Integridade

[Programa de Integridade]

Programa de Integridade: conjunto estruturado de medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta

[Programa de Integridade]



[Plano de Integridade]

Documento, aprovado pela alta administração, que organiza as medidas de integridade a serem adotadas em determinado período de tempo, devendo ser revisado periodicamente.

[Primeira Fase]

Constituir uma unidade de gestão da integridade (UGI), à qual será atribuída competência para:

- I - coordenação da estruturação, execução e monitoramento do PI;
- II - orientação e treinamento dos servidores com relação aos temas atinentes ao PI; e
- III - promoção de outras ações relacionadas à implementação do PI, em conjunto com as demais unidades do órgão ou entidade

[Segunda Fase]

Aprovar seus Planos de Integridade, contendo:

I - caracterização do órgão ou entidade;

II - ações de estabelecimento da UGI;

III - levantamento de riscos para a integridade e medidas para seu tratamento; e

IV - previsão sobre a forma de monitoramento e a realização de atualização periódica do PI

[Terceira Fase]

Executar e monitorar seu Programa de Integridade, com base nas medidas definidas por seu Plano de Integridade.

[Expansão]

Os órgãos e as entidades deverão buscar expandir o alcance de seu Programa de Integridade para as políticas públicas por eles implementadas e monitoradas, bem como para fornecedores e outras organizações públicas ou privadas com as quais mantenha relação.

Instâncias Integridade

Aula 08

[Escopo do PI]

Art. 6º Para o cumprimento do disposto no inciso II do art. 5º desta Portaria, os órgãos e as entidades deverão atribuir a unidades novas ou já existentes as competências correspondentes aos seguintes processos e funções: (...)

[Comissão de Ética]

- I - promoção da ética e de regras de conduta para servidores (...)
- III - tratamento de conflitos de interesses e nepotismo

II - promoção da transparência ativa e do acesso à informação
(...)

IV - tratamento de denúncias

V - verificação do funcionamento de controles internos e do cumprimento de recomendações de auditoria

VI - implementação de procedimentos de responsabilização

[Outras Instâncias]

- Unidade de Capacitação
- Unidade de Investigação Interna
- Unidade de Gestão Estratégica

Anexo: Manual de Conduta do Agente Público Civil

[Manual de Conduta]



[Finalidade]

- a) Organizar as disposições relacionadas à conduta profissional, buscando trazer uma abordagem atualizada, clara e objetiva sobre os temas relacionados;
- b) Disseminar boas práticas que se constituem no padrão de comportamento que é esperado do servidor; e
- c) Auxiliar no aprimoramento de uma cultura organizacional fundamentada no princípio da integridade e na busca constante de alto desempenho nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

É importante ressaltar que o presente manual não se confunde, nem revoga ou altera as disposições normativas existente

Não há interferências ou modificações nas punições, sejam elas éticas ou disciplinares, previstas em outros diplomas legais e infralegais em vigor

[Princípios Básicos]

- **Justiça:** como ideal de interação social, baseado no equilíbrio, na razoabilidade e na imparcialidade
- **Cooperação:** como a ação conjunta, voluntária e produtiva para alcançar um objetivo comum
- **Humildade:** como a qualidade de quem assume as suas responsabilidades e age sem arrogância, soberba ou desejo de privilégios ou distinções

[Regras de Comportamento]

- Fazer sempre o que é certo e justo mesmo que isto seja o mais trabalhoso e difícil e mesmo quando ninguém esteja olhando
- Tratar os outros com empatia, evidenciando o padrão de comportamento com o qual o próprio servidor gostaria de ser tratado; e

[Regras de Comportamento]

- Reconhecer, por meio de suas atitudes, que o orçamento da União e os valores por ela despendidos têm origem no esforço de cada cidadão brasileiro e, por isso, deve ser aplicado com a máxima responsabilidade e economicidade

[Regras de Comportamento]

- Desempenhar, a tempo e com eficiência, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular, buscando sempre aperfeiçoar, modernizar e evitar o excesso de rigor burocrático em processos e atividades na sua área de atuação
- Exercer suas atribuições com celeridade e zelo, adotando postura resolutiva diante de problemas e conflitos e evitando situações procrastinatórias

[Regras de Comportamento]

- Manter limpo e em ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e manutenção
- Apresentar-se ao trabalho preparado para o correto exercício da sua função

[Conduta Inadequada]

- Utilizar-se do cargo, função, posição ou da influência, ainda que indiretamente, para obter qualquer favorecimento, para si, para grupo ou carreira da qual faça parte ou para outros particulares
- Deixar de utilizar os avanços tecnológicos ou científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para a realização eficiente do seu trabalho

[Relação com Outros Entes]

- Além das condutas inadequadas acima listadas, o Agente Público deve evitar a prática das seguintes condutas nas relações internas e com os demais órgãos que compõem os Poderes Executivos Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como com os demais Poderes: (...)

[Teletrabalho]

- Contudo, a expansão do trabalho remoto, não pode, em hipótese alguma, gerar perda de eficiência por parte do serviço público, razão pela qual deve ser considerada a necessidade de acompanhamento da força de trabalho por parte das chefias nessa modalidade de exercício da função pública

[Questões]

(VUNESP/MPE 2019)

O Decreto Federal nº 9.203/2017 dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Logo no segundo artigo, é apresentada a seguinte definição:

IV – gestão de riscos – processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos.

[Questões]

(VUNESP/MPE 2019)

Sobre a mitigação de riscos no setor público, assinale a alternativa correta.

A É função exclusiva da alta direção, mantendo o controle das ações que podem alterar o curso do planejamento já realizado.

B A existência de riscos deve ser impeditiva para o prosseguimento de qualquer ação.

C Sob a existência de riscos, as ações devem ser analisadas e aprovadas pelo poder legislativo.

D É um dos papéis da controladoria do setor público, a partir do planejamento e controle orçamentário.

E É de competência do setor jurídico dos órgãos, por meio do controle de legalidade.

[Questões]

(VUNESP/MPE 2019)

Sobre a mitigação de riscos no setor público, assinale a alternativa correta.

A É função exclusiva da alta direção, mantendo o controle das ações que podem alterar o curso do planejamento já realizado.

B A existência de riscos deve ser impeditiva para o prosseguimento de qualquer ação.

C Sob a existência de riscos, as ações devem ser analisadas e aprovadas pelo poder legislativo.

D É um dos papéis da controladoria do setor público, a partir do planejamento e controle orçamentário.

E É de competência do setor jurídico dos órgãos, por meio do controle de legalidade.

[Questões]

(CESPE/PRF 2021)

A respeito da ética no serviço público, da administração pública federal bem como dos servidores públicos federais e seus direitos e deveres, julgue o item que se segue.

A estratégia, que consiste em um mecanismo para o exercício da governança pública, compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, para que os serviços de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido.

[Questões]

(CESPE/PRF 2021)

A respeito da ética no serviço público, da administração pública federal bem como dos servidores públicos federais e seus direitos e deveres, julgue o item que se segue.

A estratégia, que consiste em um mecanismo para o exercício da governança pública, compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, para que os serviços de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido.

CERTA

[Questões]

(IF Sul Rio-Grandense /IF Sul Rio-Grandense 2021) Considere as disposições sobre a Política de Governança da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, contida no Decreto 9.203/2017.

Sobre as diretrizes de Governança Pública, é INCORRETO afirmar que

A direciona ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades.

B promove a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico.

C monitora o desempenho e avalia a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias, para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas.

D desburocratiza processos, fundamentados na gestão de risco, através da eliminação de controles internos, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes de processos sancionadores.

[Questões]

(IF Sul Rio-Grandense /IF Sul Rio-Grandense 2021) Considere as disposições sobre a Política de Governança da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, contida no Decreto 9.203/2017.

Sobre as diretrizes de Governança Pública, é INCORRETO afirmar que

A direciona ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades.

B promove a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico.

C monitora o desempenho e avalia a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias, para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas.

D desburocratiza processos, fundamentados na gestão de risco, através da eliminação de controles internos, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes de processos sancionadores.

[Questões]

(UFU-MG/UFU-MG 2020) De acordo com a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01, de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, são objetivos da gestão de riscos, EXCETO:

A Agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização.

B Aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da organização, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis.

C Assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis do órgão ou da entidade, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a organização, inclusive para determinar questões relativas à delegação, se for o caso.

D Promover práticas, princípios de conduta e padrões de comportamentos para minimizar os riscos de distorção relevantes na auditoria das demonstrações contábeis.

[Questões]

(UFU-MG/UFU-MG 2020) De acordo com a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01, de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, são objetivos da gestão de riscos, EXCETO:

A Agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização.

B Aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da organização, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis.

C Assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis do órgão ou da entidade, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a organização, inclusive para determinar questões relativas à delegação, se for o caso.

D Promover práticas, princípios de conduta e padrões de comportamentos para minimizar os riscos de distorção relevantes na auditoria das demonstrações contábeis.

[Questões]

(UFPA/CEPS-UFPA 2018) A Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. Tendo como base a referida instrução normativa, compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade a(o)

A comunicação interpessoal.

B gestão de conflitos.

C governança no setor público.

D planejamento tático.

E gestão estratégica de pessoas.

[Questões]

(UFPA/CEPS-UFPA 2018) A Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. Tendo como base a referida instrução normativa, compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade a(o)

A comunicação interpessoal.

B gestão de conflitos.

C governança no setor público.

D planejamento tático.

E gestão estratégica de pessoas.

[Questões]

(UFPA/CEPS-UFPA 2018) A Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 - Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. O artigo 8º diz que os controles internos da gestão do órgão ou entidade devem ser desenhados e implementados em consonância com alguns princípios. A respeito desses princípios é correto afirmar que

A é compromisso da alta administração atrair, desenvolver e reter pessoas com competências técnicas, em alinhamento com os objetivos da organização.

B é dever do gestor esclarecer ao usuário sobre a função social da organização e a necessidade de preservação do meio ambiente e de trabalho.

C é necessário e obrigatório cumprir fiel e integralmente as obrigações e os compromissos assumidos, relativos ao exercício profissional.

D é dever do gestor público resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros benefícios.

E é dever do servidor participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum.

[Questões]

(UFPA/CEPS-UFPA 2018) A Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 - Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. O artigo 8º diz que os controles internos da gestão do órgão ou entidade devem ser desenhados e implementados em consonância com alguns princípios. A respeito desses princípios é correto afirmar que

A é compromisso da alta administração atrair, desenvolver e reter pessoas com competências técnicas, em alinhamento com os objetivos da organização.

B é dever do gestor esclarecer ao usuário sobre a função social da organização e a necessidade de preservação do meio ambiente e de trabalho.

C é necessário e obrigatório cumprir fiel e integralmente as obrigações e os compromissos assumidos, relativos ao exercício profissional.

D é dever do gestor público resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros benefícios.

E é dever do servidor participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum.

[Questões]

(UFPA/CEPS-UFPA 2018) A política de gestão de riscos deve ser instituída pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal especificando diretrizes, conforme prevê a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016. Com base nessa informação, a equipe responsável pela unidade de controle interno de uma instituição pública deve elaborar a política de gestão de riscos observando essas diretrizes. Entre tais diretrizes estão as seguintes:

- I Utilizar metodologia e ferramentas para o apoio à gestão de riscos.*
- II Desenvolver continuamente agentes públicos em gestão de riscos.*
- III Apontar falhas nos regulamentos e normas das instituições, quando as julgar indignas do exercício profissional ou prejudiciais ao usuário.*
- IV Ter respeito ao gestor de riscos, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Federal.*

Está correto o que se afirma em

- A I e III, somente. B I, II e III. C II e III, somente.*
D II, III e IV. E I e II, somente.

[Questões]

(UFPA/CEPS-UFPA 2018) A política de gestão de riscos deve ser instituída pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal especificando diretrizes, conforme prevê a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016. Com base nessa informação, a equipe responsável pela unidade de controle interno de uma instituição pública deve elaborar a política de gestão de riscos observando essas diretrizes. Entre tais diretrizes estão as seguintes:

I Utilizar metodologia e ferramentas para o apoio à gestão de riscos.

II Desenvolver continuamente agentes públicos em gestão de riscos.

III Apontar falhas nos regulamentos e normas das instituições, quando as julgar indignas do exercício profissional ou prejudiciais ao usuário.

IV Ter respeito ao gestor de riscos, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Federal.

Está correto o que se afirma em

A I e III, somente.

B I, II e III.

C II e III, somente.

D II, III e IV.

E I e II, somente.

[Referências]

- **DECRETO Nº 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.** Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1, DE 10 DE MAIO DE 2016.** Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal.
- **PORTARIA Nº 57, DE 4 DE JANEIRO DE 2019.** Altera a Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018, que estabelece orientações para que os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional adotem procedimentos para a estruturação, a execução e o monitoramento de seus programas de integridade e dá outras providências.

Dúvidas?

Prof. Walter Cunha

falecomigo@waltercunha.com